

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional**  
**Curso de Psicologia**



Trabalho de Conclusão de Curso

**Escuta Psicológica e Violências de Gênero, Sexualidade e Raça: diálogos entre  
Psicologia e Pensamento Descolonial**

**Renice Eisfeld Machado**

Pelotas, 2018

**Renice Eisfeld Machado**

**Escuta Psicológica e Violências de Gênero, Sexualidade e Raça: diálogos entre  
Psicologia e Pensamento Descolonial**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia da Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Míriam Cristiane Alves

Pelotas, 2018

Renice Eisfeld Machado

Escuta Psicológica e Violências de Gênero, Sexualidade e Raça: diálogos entre  
Psicologia e Pensamento Descolonial

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia, Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Qualificação: 06 de agosto de 2018

Banca examinadora:

.....  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Míriam Cristiane Alves (Orientadora).

Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

.....  
Prof<sup>a</sup>. Ma. Meiridiane Domingues de Deus

Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria

.....  
Prof. Me. Régis de Azevedo Garcia

Mestre em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande

**Dedico este trabalho a todos/as psicólogos/as que se aventuram pelo caminho da psicoterapia.**

## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer, primeiramente, a minha mãe, pelo apoio, cuidado e carinho incondicionais que sempre me proporcionou. Sem teu apoio tudo isso não teria sido possível.

Agradeço ao meu avô pelo amor, cuidado e, principalmente, por tornar possível esse caminho.

Agradeço ao Rodrigo pelo amor, amizade, companheirismo, cuidado, reconhecimento e incentivo. Agradeço, principalmente, por sempre apontar a importância do meu trabalho e acreditar em mim.

Agradeço a minha tia Gilce pelo amor que sempre dedicou a mim, pela amizade além do laço sanguíneo, por compreender o meu caminho e, principalmente, por escolher fazer parte dele. Sou infinitamente grata pelo apoio na minha construção enquanto psicóloga.

A todos os meus amigos e colegas pelo carinho e compreensão nesse momento. Agradeço à Juliana por me ouvir, por estar sempre perto e por todo o amor que sempre me dispensou. Agradeço à Marina pela amizade sincera, pelas conversas e pela escuta atenta nos momentos em que precisei de ajuda, tua amizade foi essencial na construção desse trabalho. Ao Thiago pelo carinho, reconhecimento e incentivo de sempre e, principalmente, por tornar essa fase final mais leve com a tua amizade. À Suelen por ter plantado as primeiras sementinhas desse tema em mim. À Bruna, que, mesmo distante nesse momento, sempre me apoiou em todas as minhas escolhas; queria te agradecer por fazer parte da minha formação, por dividir aprendizagens comigo e pela paciência que sempre teve ao caminhar ao meu lado. À Josiele, por ser minha amiga, companheira para falar das inquietudes da faculdade, pelo carinho e cuidado ao me ouvir e me ajudar sempre que eu precisei e, principalmente, pela parceria ao me proporcionar momentos de diversão que foram fundamentais para me manter sã nessa árdua jornada.

Agradeço a todos meus professores, principalmente a minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Míriam Cristiane Alves por tornar possível esse trabalho, agradeço pelo conhecimento que passei a ter a partir da nossa relação e, principalmente, pela paciência incansável na construção de todos nossos trabalhos.

Ao grupo de estudos e pesquisas É'LEÉKO tenho enorme carinho e gratidão pelas rodas de discussões que foram fundamentais para a construção desse trabalho. Agradeço a cada membro do grupo pelas ideias que foram plantadas aqui.

## Resumo

MACHADO, Renice Eisfeld. **Escuta Psicológica e Violências de Gênero, Sexualidade e Raça: diálogos entre Psicologia e Pensamento Descolonial**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Psicologia) - Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

A escuta psicológica se encontra permeada pelo modelo biomédico de sinais e sintomas, deixando, muitas vezes, de contextualizar o sofrimento psíquico às violências que se entrelaçam no cotidiano das relações interpessoais e sociais. Tais violências tornam-se, muitas vezes, imperceptíveis por estarem naturalizadas e transformadas em hábitos legitimados na sociedade. O estudo tem como objetivos problematizar a escuta psicológica diante das violências de gênero, sexualidade e raça; enunciar as implicações da heteronormatividade e da universalidade do humano na escuta psicológica; questionar a escuta psicológica enquanto dispositivo de legitimação da violência racial, de gênero e sexualidade no contemporâneo; e por em discussão uma escuta psicológica engajada e politizada no enfrentamento à violência racial, de gênero e sexualidade. Trata-se de um ensaio teórico organizado a partir da reflexão profunda e minuciosa sobre o tema proposto, cujas interações com o contexto de estudo, as sensibilidades, as interpretações e a racionalidade da pesquisadora ensaísta são fundamentais para sua construção. A potencialidade do estudo está na possibilidade de problematizar os efeitos da hierarquização do humano na produção de sofrimento psíquico relacionado a raça, gênero e sexualidade, a partir dos conceitos de colonialidade do poder, colonialidade do ser, colonialidade do gênero e interseccionalidade.

**Palavras-chave:** escuta psicológica; sofrimento psíquico; heteronormatividade; interseccionalidade; pensamento descolonial.

## Sumário

<b>Apresentação.....</b>	<b>8</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>9</b>
<b>Colonialidade do poder, seus desdobramentos e a escuta psicológica.....</b>	<b>11</b>
<b>Interseccionalidade e a escuta psicológica.....</b>	<b>18</b>
<b>Referências.....</b>	<b>22</b>



## **Apresentação**

Ao reconhecer a psicologia enquanto ciência imbricada em uma atuação eurocêntrica e heteronormativa, eu passei a me questionar sobre o seu silêncio diante de sofrimentos produzidos pelas violências de gênero, sexualidade e raça. Que escuta psicológica é essa que não está sensível a tais violências? De que modo a psicologia vem contribuindo para manter a invisibilidade de sujeitos/as subalternizados/as pelo racismo, pelo sexismo, pela homofobia? A partir desses questionamentos busquei dialogar com a psicologia latinoamericana e o pensamento crítico descolonial.

Esses questionamentos vêm sendo produzidos ao longo de minha formação acadêmica, em diferentes espaços pedagógicos, mas, fundamentalmente, a partir dos estágios obrigatórios. Foram muitos os momentos em que observei o trabalho de psicólogas e psicólogos nos campos de estágios e percebi que a violência racial, de gênero e sexualidade são invisibilizadas na escuta psicológica.

O tema levantado nesse trabalho de conclusão de curso tem relevância clínica, acadêmica e social, pois está comprometido com a possibilidade de provocar questionamentos e problematizações sobre a prática psicológica no que tange ao sofrimento que é produzido pelas normativas sociais que perpetuam o racismo, a misoginia, o machismo e a homo/bi/trans/fobia.

Na primeira parte, apresento como a escuta psicológica vem sendo desenvolvida por psicólogas e psicólogos, haja vista a forte influência biomédica do modelo de atendimento e coloco em problematização essa escuta diante das violências de gênero, sexualidade e raça. Em um segundo momento, eu recorro ao pensamento descolonial para pensarmos o trabalho de psicólogas e psicólogos diante dessas violências. Na terceira parte aponto as contribuições do conceito de interseccionalidade para o desenvolvimento de uma escuta psicológica atenta as violências de gênero, sexualidade e raça. Por fim, lanço mão da colaboração da Psicologia Social Crítica para por em discussão uma escuta politizada e engajada no enfrentamento social a essas violências.

Este trabalho de conclusão de curso está organizado em formato de artigo, pois, a partir das orientações e sugestões da banca, pretendemos submetê-lo para suplicação em alguma revista científica da área.

## **Escuta Psicológica e Violências de Gênero, Sexualidade e Raça: diálogos entre Psicologia e Pensamento Descolonial**

### **Introdução**

A clínica psicológica clássica que se encontra inserida em um modelo de atendimento biomédico tem sua escuta orientada para a análise de sinais e sintomas que são trazidos pelos sujeitos/as a partir da sua fala e, dessa maneira, o/a psicólogo/a direciona seu atendimento com base no que foi apreendido nesse processo (DUTRA, 2004; DUNKER e NETO, 2011; SCHWARTZMAN, 1997). Segundo Dutra (2004), esse procedimento consiste na clínica tradicional de escuta terapêutica direcionada a partir de uma concepção de sujeito que prioriza os processos psicológicos e psicopatológicos, descontextualizando-o historicamente.

Guerra (2002) refere que a Psicologia surgiu a partir de um contexto histórico que evidencia uma tradição de cuidado voltada para controlar as diferenças por meio de práticas sociais, mantendo o *status quo* dos primórdios de seu nascimento. Ou seja, ao longo dos anos ela vem se mostrando descomprometida com o contexto social, ou comprometida com apenas parte dele (MOREIRA; ROMAGNOLI; NEVES, 2007; GUERRA, 2002).

A partir do século XIX, por exemplo, as ciências psi se tornaram os saberes apropriados e legítimos para a compreensão sobre os processos sociais que levam o sujeito de um determinado sexo a buscar o reconhecimento na sociedade como membro de outro, ou a buscar um relacionamento afetivo com pessoas do mesmo sexo (ALMEIDA; MURTA, 2013). Assim, neste contexto, emerge uma fronteira entre o normal e o patológico no campo das identidades e orientações sexuais, de modo que “o principal [...] é a associação entre patologia e terapêutica” (ALMEIDA; MURTA, p. 384). A cientificidade que permeia o conhecimento e a prática psi, portanto, foi forjada pela heteronormatividade, ou seja, por uma construção social que regula e normatiza os modos de ser e de viver no que tange ao gênero e a sexualidade (PETRY; MEYER, 2011).

Na escuta de mulheres em situação de violência, o/a psicólogo/a ao legitimar a privatização dos afetos e reduzir o entendimento da situação de violência a apenas sintomas psicológicos, deixa a mulher ainda mais vulnerável ao sistema de dominação patriarcal (TIMM; PEREIRA; GONTIJO, 2011). Ou seja, quando o/a psicólogo/a não relaciona os sintomas e sofrimentos narrados pela mulher em situação de violência às relações machistas e misóginas produzidas nas sociedades estruturadas pelo patriarcado, ele deixa a mulher ainda mais exposta para seguir sendo violentada emocional e sexualmente.

No que tange às relações étnico-raciais, Alves, Jesus e Scholz (2015, p. 870) referem que a vivência de uma humanidade de concessão e subalterna produzida pelo olhar preconceituoso e racista lançado à população negra leva, conseqüentemente, ao sofrimento psíquico.

Carneiro (2013, p. 40) assevera que “modos de violentar a existência” como, por exemplo, xenofobia, homofobia, tranfobia, sexismo, racismo, evidenciam sobre “quão inseguras permanecem as sociedades para a expressão de múltiplas diversidades identitárias”. Insegurança que se expressa na escuta psicológica privada e individualizante que, segundo Moreira, Romagnoli e Neves (2007, p.615) necessita “se redesenhar”. As autoras salientam que os limites do modelo da clínica psicológica tradicional vêm se redesenhando por meio de uma psicologia social que constrói o fazer psicológico a partir da junção entre clínica e política. Elas enfatizam que além de pensar em uma psicologia social, é necessário construir uma escuta psicológica “engajada na realidade social brasileira” (p. 610).

Face ao exposto, o presente estudo tem como objetivos problematizar a escuta psicológica diante das violências de gênero, sexualidade e raça; enunciar as implicações da heteronormatividade e da universalidade do humano na escuta psicológica; questionar a escuta psicológica enquanto dispositivo de legitimação da violência racial, de gênero e sexualidade no contemporâneo; e por em discussão uma escuta psicológica engajada e politizada no enfrentamento à violência racial, de gênero e sexualidade.

Para tanto, colocamos em discussão uma Psicologia Clínica-Política em diálogo com o Pensamento Crítico Descolonial a partir de alguns conceitos: colonialidade do poder (QUIJANO, 2010), colonialidade do ser (MALDONADO TORRES, 2007), colonialidade do gênero (LUGONES, 2007) e interseccionalidade (CRENSHAW, 2002).

Trata-se de um ensaio teórico que busca desenvolver uma reflexão a cerca de um determinado tema (MENEGETTI, 2011). Para esse autor, o ensaio teórico tornou-se uma importante forma de geração de conhecimento, onde sua força está na capacidade reflexiva para compreender a realidade. Bertero (2011) refere que é a oportunidade de elaborar o particular, o singular, mas dotando-se sempre de relevância que possa encantar e incentivar a leitura por outros sujeitos. Uma característica comum em ensaios é a de constituir-se como espaço aberto para a veiculação de pontos de vista ainda não comprovados, carregando a ideia de tentativa de ação especulativa e interpretativa, sendo uma composição na qual o/a autor/a se submete ao crivo de outrem (BARROS, 2011).

### **Colonialidade do poder, seus desdobramentos e a escuta psicológica**

Para desenvolver o conceito de colonialidade do poder partiremos do conceito de colonialismo. Segundo Fanon (2005), o colonialismo se constitui como um sistema de exploração e dominação violento produzido pelo colonizador diante do povo colonizado. O autor refere que a violência é essencialmente dada, já que o colonizador vem com intenção de dominar e explorar a existência daqueles que vivem na região colonizada, retirando seus bens e promovendo o trabalho escravizado. Refere, ainda, que, a partir da colonização do continente africano pelos europeus, desenvolveu-se uma cisão racializada entre brancos/as e negros/as efetivando a dominação racial dos primeiros em relação aos segundos.

Fanon (2005) salienta que os resquícios que ficam do colonialismo é o sentimento de inferioridade dos povos que foram submetidos às condições desumanas de trabalho e de existência. Povos que com suas mãos de obra especializadas sustentaram um sistema de dominação-exploração que é perpetuado e atualizado no contemporâneo pela colonialidade (ALVES; JESUS; SCHOLZ, 2015).

Lugones (2014) refere que a colonização produziu uma distinção hierárquica e dicotômica entre o humano e o não humano, acompanhada por distinções de superioridade dos homens sob as mulheres. Deste modo, os/as civilizados/as eram homens e mulheres brancas, impondo a categoria de não humano aos povos originários das Américas e da África (LUGONES, 2014). A colonialidade, portanto, mantém viva relações hierárquicas construídas a partir de uma concepção de

humanidade cuja população do mundo se diferencia em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos/as e civilizados/as, tradicionais e modernos/as (QUIJANO, 2000). Ela se refere ao “processo de redução ativa” dos sujeitos no e a partir do colonialismo, cuja desumanização os torna passíveis de classificação e de “sujeitificação” e, conseqüentemente, menos que seres humanos (LUGONES, 2014, p.939). Nesse sentido, um dos desdobramentos da colonialidade do poder, é a colonialidade do ser que, segundo Maldonado-Torres (2007), trata dos efeitos da colonialidade na experiência vivida, isto é, trata da constituição existencial do sujeito produzido pela lógica colonial.

Mas afinal, de que modo a psicologia, com seu aparato teórico e metodológico contribui para a manutenção da lógica colonial mantendo os/as sujeitos/as subalternizados/as e desumanizados/as pela colonialidade do poder e do ser?

Santos (2009) ao discutir o pensamento abissal quando problematiza a realidade social moderna, o faz a partir da compreensão da existência de dois universos distintos, caracterizados pela dominação, violência e invisibilidade de um universo em relação ao outro. O autor faz referência ao universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”, salientando que “a divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, tornando-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente” (p.32). Uma “característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha” (p.32). O pensamento abissal, portanto, possui a “capacidade de produzir e radicalizar distinções” (SANTOS, 2009, p.33), cujas relações hierarquizadas, de dominação e exploração produzem humanidades de concessão e subalterna no contemporâneo e, conseqüentemente, sofrimento psíquico (ALVES; JESUS; SCHOLZ, 2015).

Deste modo, nos arriscamos dizer que o pensamento abissal, discutido por Santos (2009), manifesta-se na escuta psicológica sempre que o profissional de psicologia desconsidera a narrativa do sujeito que expressa a violência racial, de gênero e/ou sexualidade no *setting* terapêutico; quando não reconhece a orientação sexual dos sujeitos para além da heterossexual; quando naturaliza o gênero enquanto uma categoria universal sem problematizar sua construção em um dado momento histórico.

A escuta psicológica ainda se encontra inserida em um padrão colonial, racista e heteronormativo, o que pode resultar em desconfortos para o/a sujeito/a que é atendido por um/a psicólogo/a que desconsidera as narrativas transversalizadas pela violência racial, de gênero e/ou sexualidade, podendo, inclusive, agravar seu sofrimento psíquico.

Nogueira (2017, p. 121) nos apresenta o conceito de “apartheid psíquico” ao exemplificar que a ideia de raça atrelada a cor está inserida em um arranjo semântico, político, econômico e histórico. Separar ou apartar, segundo a raça/cor, constitui-se no significado do conceito de apartheid, assim como vivenciado na África do Sul, onde a minoria da população branca se considerava superior a maioria da população negra. O conceito de “apartheid psíquico” é trazido por Nogueira (2017) ao discutir o racismo institucionalizado no Brasil enquanto um processo de segregação silenciosa que produz sofrimento psíquico. Gonçalves Filho (2017) assevera que para a compreensão do sentimento de invisibilidade pública vivido por negros e negras é fundamental olhar para além das situações presentes, é necessário ligar presente e passado. E, diríamos que além de ligar passado e presente, é necessário fazê-lo tendo em vista a lógica colonial e toda sua base racista, sexista, heteronormativa.

Mbembe (2014) irá desenvolver a crítica da razão negra a partir das seguintes designações: imagens do saber, modelo de exploração e depredação, um paradigma da submissão e das modalidades da sua superação e o complexo psiconírico. Dentre as designações citadas considero pertinente utilizar para esse ensaio o conceito de complexo psiconírico, remetendo-o para a escuta psicológica. O conceito de complexo psiconírico (MBEMBE, 2014) nos propõe pensar que a servidão do/a sujeito/a negro e negra além de física e econômica, também era psicológica e que o conceito de raça desenvolvido a partir da colonização se materializa até hoje por meio da discriminação racista produzindo um complexo perverso que gera medos, tormentos e infinitos sofrimentos a mulheres e homens negros. Ou seja, esse autor irá apontar para o fato de que o/a sujeito/a negro/a carrega um sentimento de inferioridade que não é reconhecido no mundo real, ficando apenas em sua mente e em suas fantasias haja vista que o racismo ainda é muito negado na sociedade. Diante de uma escuta psicológica é necessário reconhecer esses sentimentos e promover um reconhecimento da fala de crianças,

mulheres e homens negros para que esses sentimentos possam ser trabalhados como algo real e não apenas como uma fantasia produzida exclusivamente por eles.

Outro conceito importante trazido pelo Mbembe (2014, p.26) consiste no “alterocídio”, ou seja, um processo produzido pelo colonizador a partir da construção do outro (negro e negra) como um objeto intrinsecamente ameaçador, do qual é preciso proteger-se, desfazer-se ou simplesmente, destruir quando não é conseguido assegurar o controle total desses sujeitos. Nessa mesma perspectiva, Kilomba (2014, p.714) refere que o sujeito negro e negra só existem porque foram produzidos em uma relação de alteridade com o branco durante a colonização por meio de aspectos repressores rejeitados pelo sujeito branco que consistiam “aquilo que eu não sou”.

Kilomba (2014) nos apresenta o conceito de máscara do silenciamento a partir de um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de 300 anos. A autora refere que oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanos escravizados comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar tanto de mudez quanto de tortura.

A máscara resulta em um estado de despersonalização ou de alienação, onde os/as sujeitos/as negros e negras são forçados a desenvolver uma relação consigo por meio do/a sujeito/a branco/a, bem como olhar para si por meio da perspectiva do outro. Isso faz com que negros e negras sejam forçados/as a olhar para si por meio da perspectiva dominante do/a sujeito/a branco/a (KILOMBA, 2014) . Esse processo produz alienação, traumas e decepção para o/a sujeito/a.

Kilomba (2014) refere que a consciência sobre o racismo é mais um processo psicológico do que moral e, enfatiza que o/a sujeito/a branco/a não deve se perguntar se é racista e esperar uma resposta moral, mas, sim, ele/a deve se questionar em como pode dismantelar seu próprio racismo. Segundo a autora essa segunda pergunta por si só já inicia o processo de dismantelamento do racismo. Nesse sentido, enfatizamos a necessidade de utilizarmos essa pergunta na escuta psicológica. Ou seja, psicólogas e psicólogos precisam se questionar sobre como desconstruir seu racismo, mas também seu machismo, sua homofobia, sua transfobia.

Moita (2006), por exemplo, desenvolveu um estudo cujo objetivo foi apresentar e analisar posicionamentos de profissionais de saúde mental, ainda ancorados no paradigma patológico da homossexualidade. O estudo, desenvolvido em Portugal, evidenciou que a homossexualidade ainda surge como um déficit no discurso dos profissionais. Tal discurso estava amparado em uma conduta de heterossexismo, ou seja, um posicionamento heteronormativo, ficando evidente a tentativa de influenciar o/a sujeito/a em atendimento a uma conduta heterossexual. Os profissionais, portanto, tomavam a heterossexualidade como padrão ideal de desenvolvimento da sexualidade. Em nenhum momento do estudo ficou explícito que os profissionais tivessem falado abertamente que a heterossexualidade se constituiria em um padrão de normalidade para os/as sujeitos/as em atendimento. No entanto, durante as entrevistas, eles/as relataram que esse seria o ideal esperado ao longo do desenvolvimento do tratamento.

O termo heterossexismo começou a ser utilizado por Morin (1977) análogo aos termos de sexismo e racismo. O autor definiu o conceito de heterossexismo como um sistema de crenças que valoriza a heterossexualidade como mais natural e/ou superior que a homossexualidade. Hereck (1992) argumentou que este conceito era preferível ao invés do conceito de homofobia porque dirige a atenção para as bases sociais e culturais do preconceito individual. Hereck (2007) salienta que heterossexismo poderia ser entendido como uma ideologia cultural responsável por promover práticas que resultam em desvantagem dos grupos de pessoas não heterossexuais.

Desse modo, Gato, Carneiro e Fontaine (2011) salientam que o heterossexismo pode promover a presunção de que todos os/as sujeitos/as são heterossexuais, deixando os/as sujeitos/as não heterossexuais invisíveis na maior parte das situações. Além disso, os autores enfatizam que os efeitos desse conceito permite que os/as sujeitos/as não heterossexuais sejam discriminados ao se tornarem visíveis. É importante salientar, conforme as autoras, que heterossexismo é diferente de homofobia. Enquanto a homofobia é a manifestação individual de repulsa de alguém diante de um/a sujeito/a não heterossexual, o heterossexismo deslegitima a conduta não heterossexual diante do convívio social e reforça a heteronormatividade.



Moleiro (2009) realizou uma pesquisa com a intenção de promover uma discussão que contribuísse para o desenvolvimento da psicoterapia com sujeitos/as LGBT em Portugal. A partir dos resultados ficou evidente que a discriminação tem um papel central na vida de sujeitos/as LGBT. Os participantes do estudo revelaram uma consistente expectativa positiva em relação à sensibilidade e competência dos psicoterapeutas no trabalho clínico com sujeitos/as LGBT, independente de já terem procurado atendimento psicológico.

A heteronormatividade, portanto, tem implicações nas relações sociais e, conseqüentemente na escuta psicológica, dicotomizando relações humanas e causando sofrimento psíquico mediante situações de preconceitos e discriminações (PFITSCHER; MORAES; PERRONE, 2015; OLIVEIRA; COSTA; CARNEIRO, 2014).

Marques e Nardi (2011) referem que a psicologia enquanto campo do saber vem contribuindo para essencializar e naturalizar as diferenças de gênero e reforçar estigmas e estereótipos gendrados na heteronormatividade, sendo assim, reforçadora de sofrimento psíquico. Segundo Arán (2011) os efeitos do gênero emergem na modernidade, produzindo subjetividades a partir de um padrão heteronormativo construído pela dominação masculina/heterossexual que oprime a toda e qualquer identidade de gênero e orientação sexual que não se inserem no padrão normativo.

Lugones (2014) ao pôr em discussão a colonialidade do gênero irá caracterizar este último como uma construção social que sustenta a colonialidade do poder, a dominação racial e os papéis atribuídos socialmente ao feminino. Ao trazer a categoria de gênero para o centro do projeto colonial, podemos utilizá-la para perceber como o capitalismo colonial estruturou as assimetrias de poder no mundo contemporâneo (COSTA, 2010). Além disso, Costa (2010) refere que quando se postula a categoria gênero como um elemento estruturador da colonialidade do poder também podemos contextualizar o patriarcado, a heteronormatividade, o capitalismo e a classificação racial enquanto elementos que se encontram já imbricados na realidade social.

Espinosa (2014) traz ao debate o conceito racismo de gênero, baseando-se na crítica de um feminismo universal desenvolvido por mulheres privilegiadas no que tange a classe, raça e a (hetero)sexualidade. Para a autora as teóricas feministas não têm podido observar e ser críticas de seu próprio privilégio dentro do grupo de mulheres, considerando o viés de raça e classe, a partir das teorias que constroem.

Assim, a teoria feminista universal busca aplicar a mesma teoria a todas as mulheres. Espinosa (2014) vai levantar a necessidade de construção de uma episteme feminista antirracista e descolonial para, somente assim, conseguirmos avançar em uma epistemologia contrahegemônica atenta ao eurocentrismo, a colonialidade e ao racismo.

Bairros (1995) corrobora com esse pensamento quando exemplifica que o ponto de vista das mulheres não pode nunca ser pensado nem tratado desde a presunção de uma identidade única, pois a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinada. A autora pontua que o olhar eurocêntrico, o racismo e a lógica colonial impedem que o feminismo problematize acerca da colonialidade do poder que impregna seu fazer. Assim, podemos perceber o quanto Espinosa (2014) e Bairros (1995) denunciam a dificuldade que os feminismos têm de superar esse problema. O feminismo negro e o descolonial, a partir da interseccionalidade de raça, classe, gênero e sexualidade buscam o protagonismo e a visibilidade do lugar de fala de diferentes experiências de ser mulher em um mundo marcado pela colonialidade.

Ao partir da problematização da escuta do profissional de psicologia diante do sofrimento psíquico produzido por violências de gênero, sexualidade e raça, tomamos o feminismo descolonial, discutido por Costa (2010) e Lugones (2014), como um dispositivo potente no processo de construção de uma escuta psicológica engajada e politizada.

O feminismo descolonial se constitui enquanto movimento epistemológico em pleno crescimento que é proclamado revisionista das teorias e proposta política do feminismo clássico, dado o que considera seu viés ocidental, branco e burguês (COSTA, 2010). A autora salienta que o pensamento feminista clássico tem sido produzido por um grupo específico de mulheres – aquelas que têm gozado do privilégio epistêmico graças as suas origens de classe e raça; e que o feminismo descolonial faz dupla com o movimento de revolução epistêmica contra a hegemonia eurocêntrica (COSTA, 2010).

A psicologia latinoamericana (ORELLANO; GONZÁLEZ, 2015) tem absorvido progressivamente os princípios da descolonização do saber, poder e ser. Gato, Carneiro e Fontaine (2011) reforçam a importância do aparecimento de uma linha crítica na psicologia que apele para uma forte oposição à ciência positivista, denunciando e desafiando as implicações opressivas da construção histórica da

psicologia enquanto ciência. A psicologia enquanto ciência da modernidade necessita voltar-se para si e problematizar o modo como está mergulhada em teorias e epistemologias que reafirmam a universalidade de conceitos como mulher, gênero, raça, humano, entre outros.

### **Interseccionalidade e escuta psicológica**

A interseccionalidade “é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p.177). Ainda segundo a autora, ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições entre mulheres, raças, classes e outras.

Para Bilge (2009) o conceito de interseccionalidade nos possibilita pensar uma teoria transdisciplinar que “visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado” (p. 70). Além disso, a autora nos propõe pensar que a interseccionalidade refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos de diferenciação social que compreendem, por exemplo, as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade e orientação sexual.

Quais efeitos da discriminação interseccional (CRENSHAW, 2004) no cotidiano e subjetividade dos/as sujeitos/as? Ou seja, quais efeitos do racismo, sexismo, machismo e homo/bi/transfobia quando se encontram em intersecção no cotidiano e subjetividade dos sujeitos/as?

A discriminação composta (CRENSHAW, 2004) é caracterizada pela combinação de duas ou mais formas diferentes de discriminação, sendo que o conceito de interseccionalidade nos ajuda a compreender que mais de uma forma de discriminação pode acometer um único sujeito. A proposta principal do conceito de interseccionalidade se configura em “garantir que a discriminação racial que afeta mulheres negras e a discriminação de gênero que afeta mulheres sejam consideradas mutuamente e não de uma maneira excludente” (p.8).

Qual a implicação da interseccionalidade no campo da psicologia? De que modo esse conceito pode contribuir com a escuta psicológica?

Convidamos os profissionais de psicologia a se questionarem sobre os eixos de subordinação que transversalizam o sofrimento psíquico daqueles/as sujeitos/as que estão em atendimento em seus diferentes espaços terapêuticos. Trata-se de um conceito relativamente novo no campo acadêmico (SALEM, 2014), sobretudo na clínica psicológica. Para Salem (2014) à medida que mais acadêmicos/as e ativistas se ocupam desse conceito, mais interseccionalidades podem surgir.

Compreendemos que é fundamental que o psicólogo/a promova uma escuta interseccional dos/as sujeitos/as. No entanto, a narrativa do/a sujeito/a sobre o sofrimento psíquico, muitas vezes, não explicitará uma queixa interseccional, cabendo ao profissional o reconhecimento de diferentes eixos de subordinação que podem estar transversalizados nesse sofrimento. Afinal, “a interseccionalidade constitui um desafio que aborda diferenças dentro da diferença” (CRENSHAW, 2004, p. 9).

Para Salem (2014) a aspiração da interseccionalidade consiste em escutar as vozes de mulheres e de homens em suas próprias condições com a finalidade de unir as peças das narrativas e analisar em seus componentes experiências que possam ajudar a compreender a vida social. Refere, ainda, que não é suficiente fazer o uso acrítico do conceito de interseccionalidade, faz-se necessário contextualizar e historicizar essas experiências dentro de um sistema global, capitalista e imperialista que estrutura as vidas dos/as sujeitos/as.

Nessa perspectiva, a psicologia Latinoamericana tem absorvido progressivamente os princípios da descolonização para pensar o sofrimento psíquico produzido pelo colonialismo e seu pressuposto da hierarquização entre humanos e não humanos (OLLEJANO; GONZÁLEZ, 2015). Os autores trabalham com a ideia de "trauma psicossocial colonial" ao fazerem referência ao sofrimento psíquico produzido pelo colonialismo e atualizado pela colonialidade do poder, do ser e do saber.

A Psicologia Social Crítica surgiu na América Latina devido ao incormformismo com uma psicologia acadêmica incapaz não apenas de solucionar problemas, mas, sobretudo, de reconhecê-los enquanto objeto de estudo, comprometendo-se com parte do contexto social (MONTERO, 2011). Ainda conforme a autora, essa psicologia irá propor uma discussão a respeito das origens psicossociais das situações de desigualdades e de opressão. Irá propor a crítica com espírito libertador, cuja práxis liberte grupos excluídos, oprimidos ou, de alguma maneira,

necessitados. Não se trata, portanto, somente de produzir um discurso com valores e princípios que não correspondem a uma práxis, sendo necessário “mais um fazer do que um dizer” (MONTERO, 2011, p. 98).

Uma característica importante da Psicologia Social Crítica consiste no fato de compreender que a libertação nunca pode ser perfeitamente conhecida ou obtida já que nenhuma independência e nenhuma libertação é global e, quando é alcançada em uma parte, a opressão mostra-se ou reaparece em outra (MONTERO, 2011). Assim, o processo de libertação é uma constante batalha e a crítica é um dos meios para conquistá-la.

Ao pensarmos a escuta psicológica levantamos o seguinte questionamento: De que modo a escuta psicológica pode contemplar o processo de libertação de sujeitos/as cuja intersecção de mais de um eixo de subordinação produz sofrimento psíquico?

Martín-Baró (2011) ao propor a Psicologia da Libertação refere que o “psicologismo tem servido para fortalecer, direta ou indiretamente, as estruturas opressivas, ao desviar a atenção delas para os fatores individuais e subjetivos” (p. 183). O autor convida-nos a pensar uma psicologia que contribua para o desenvolvimento social dos países latinoamericanos por meio da construção de uma nova bagagem teórica e prática. Para tanto, ele salienta que se faz necessário que a psicologia rompa com sua própria escravidão eurocêntrica, ou seja, que para alcançar uma Psicologia da Libertação, é necessário, antes, alcançar uma libertação da Psicologia.

Cabe ainda apontar um déficit muito importante no fazer da Psicologia atual que consiste na íntima relação entre a “desalienação pessoal e a desalienação social” e entre “controle individual e poder coletivo”, dificultando a compreensão da diferença entre a libertação de cada sujeito e a libertação de todo um povo, deixando a desejar quando se trata de libertar o/a sujeito/a de seu sofrimento relacionado ao contexto histórico-social (MARTÍN-BARÓ, 2011, p. 191).

Outro fato importante é que a Psicologia também tem contribuído para obscurecer a relação entre a alienação pessoal e a opressão social, ou seja, a ciência psicológica orienta nossa escuta de modo que compreendemos o adoecer psíquico nos sujeitos como se fosse algo alheio a história e à sociedade, como se o sentido dos adoecimentos psíquicos se esgotassem no plano individual ou, no

máximo, em um plano social que compreende apenas as relações do sujeito e não o contexto histórico de sua sociedade (MARTÍN-BARÓ, 2011).

Sobre o fazer psicológico Martín-Baró nos proporciona a seguinte reflexão:

[...] que não sejam os conceitos que convoquem a realidade, mas a realidade que procure os conceitos; que não sejam as teorias as que definam os problemas de nossa situação, mas que sejam esses problemas que reclamam e, por assim dizê-lo, escolham sua própria teorização (1988, p. 314).

## Considerações Finais

A discussão proposta nesse ensaio tem grandes implicações para a prática da escuta psicológica. Até então, a escuta psicológica está mergulhada em um saber biomédico, comprometida com apenas uma parte do contexto social e capacitada para o reconhecimento de sinais e sintomas na fala do/a sujeito/a atendido/a.

Podemos compreender que o comprometimento de psicólogas e psicólogos com o contexto social parte de um olhar disciplinado por uma cultura eurocêntrica e heteronormativa, não possibilitando espaços de reconhecimento de histórias de vida permeadas pelas violências de gênero, sexualidade e raça. Desse modo, a cientificidade que permeia a escuta psicológica foi forjada por uma construção social que regula e normatiza os modos de ser e de viver no que tange ao gênero, a sexualidade e a raça. Assim, nos questionamos: Até que ponto essa cientificidade impossibilita que essas violências sejam reconhecidas no *setting* terapêutico?

Colocamos em discussão a importância de ter como exercício na prática clínica o ato de observar a si (psicólogas e psicólogos) diante daqueles e daquelas que de algum modo a norma hegemônica do que é ser humano.

Necessitamos de psicólogas e psicólogos capazes de reconhecerem as violências perpetuadas pelo racismo, machismo, homofobia, lgbtfobia. Necessitamos de uma escuta psicológica engajada e politizada no que tange ao enfrentamento as violências de gênero, sexualidade e raça.

Salientamos a importância da continuidade dessa discussão haja vista o grande caminho que ainda temos a percorrer quanto a qualificação de nossa escuta clínica-política.

## Referências

- ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud e Sociedad*, Rio de Janeiro, n14, p.380-407, ago. 2013 .
- ARAN, Márcia. Políticas do desejo na atualidade: a psicanálise e a homoparentalidade. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 11, n. 21, p. 59-72, jun. 2011.
- ALVES, Miriam Cristiane; JESUS, Jairo Pereira de; SCHOLZ, Danielle. Paradigma da afrocentricidade e uma nova concepção de humanidade em saúde coletiva: reflexões sobre a relação entre saúde mental e racismo. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 106, p. 869-880, Set. 2015.
- BAIRROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista Estudos Feministas**, año 3,, p. 458-463, segundo semestre de 1995.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº11, p. 89-117, maio - agosto de 2013.
- BARROS, Kazue Saito Monteiro de. Réplica 1 - O que é um Ensaio? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 333-337, Mar./Abr. 2011.
- BERTERO, Carlos Osmar. Réplica 2 – O que é um Ensaio Teórico? Réplica a Francis Kanashiro Meneguetti. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 338-342, Mar./Abr. 2011.
- BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. **Diogène**, 1, 225, p. 70-88, 2009.
- CARNEIRO, Nuno Santos. Contra a "violência de inexistir": psicologia crítica e diversidade humana. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v.25, n.1, p. 40-47, 2013.
- COSTA, Cláudia de Lima. Feminismo, tradução cultural e a descolonização do saber. **Fragmentos: Revista de Língua e Literatura Estrangeiras**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 045-059, jun. 2010.
- CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.
- CRENSHAW, Kimberly. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas** [da] University of California - Los Angeles, p. 171-187, 2002.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz; NETO, Fuad Kyrillos. A crítica psicanalítica do DSM-IV - breve história do casamento psicopatológico entre psicanálise e psiquiatria. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental [en linea]**, v.14. n.4, p. 611-626, dezembro de 2011.

DUTRA, Elza. Considerações sobre as significações da Psicologia Clínica na contemporaneidade. **Estudos de Psicologia**, v.9, n. 02, p. 381-387, 2004.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. **El Cotidiano [en línea]**, núm. 184, pag. 7-12, marzo-abril, 2014.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005. 376p.

GATO, Jorge; CARNEIRO, Nuno Santos; FONTAINE, Anne Marie. Contributo para uma revisitação histórica e crítica do preconceito contra as pessoas não heterossexuais. **Crítica e Sociedade**: revista de cultura política, v.1, n.1, p. 139-167, jan./jun. 2011.

GONÇALVES FILHO, José Moura. A dominação Racista: O Passado Presente. In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia da; ABUD, Cristiane Curi (Orgs). **O racismo e o negro no Brasil**: Questões para a Psicanálise. São Paulo: editora Perspectiva LTDA, 2017, p. 143-160.

GUERRA, Andrea Maris Campos; DINIZ, B.; MOREIRA, Jaqueline Oliveira. O social na clínica e a clínica no social: sutilezas de uma prática. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Clínica e Inclusão Social**: novos arranjos subjetivos e novas formas de intervenção. 1ed. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2002, p. 29-48.

HEREK, Gregory M. The social context of hate crimes: Notes on cultural heterosexism. In: HEREK, Gregory; BERRILL, K. (Eds.). **Hate Crimes**. Newbury Park, p. 89-104, 1992.

\_\_\_\_\_. Confronting sexual stigma and prejudice: Theory and practice. **Journal of Social Issues**, v. 63, n. 4, p. 905-925, 2007.

KILOMBA, Grada. The Mask. In: Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism. Tradução de Jessica Oliveira de Jesus. **Cadernos de Literatura em Tradução**, n. 16, p. 171-180, 2014.

LUGONES, María. Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System. **Hypatia**, v.22, n.1, p.186–209, 2007.

\_\_\_\_\_. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa [en línea]**. Bogotá - Colombia, n.9, p.73-101, jul.-dez. 2008.

\_\_\_\_\_. Rumo a um feminismo descolonial. **Rev. EstudFem.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, Dez. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2014000300013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2014000300013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 11 Fev. 2018.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S. et al (Orgs.), **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios



Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 127-168.

MARQUES, Daiane Maus; NARDI, Henrique Caetano. Anormais, bárbaros e bárbaras: trajetórias de vida e homossexuais e clínica psicológica. **Aletheia**, n. 36-35, pp. 109-122, maio/dez, 2011.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Para uma Psicologia da Libertação. In: GUZZO, Raquel S. L.; JÚNIOR, Fernando Lacerda (Orgs), *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. Sao Paulo: editora Alínea, 2011, p. 181-198.

\_\_\_\_\_. *Psicología de la liberación*. Madrid: Trotta, 1998.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução de Marta Lança. Antígona Editores Refractários, Lisboa – Portugal, Outubro, 2014.

MENEGUETTI, Francis Kanashiro. O que é um Ensaio-Teórico? **Revista de administração contemporânea**, vol. 15, núm. 2, p. 320-332, março-abril, 2011.

MOITA, Gabriela. A patologização da diversidade sexual: Homofobia no discurso de clínicos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 76, p. 53-72, 2006.

MOLEIRO, Carla; PINTO, Nuno. Diversidade e Psicoterapia: expectativas e experiências de pessoas LGBT acerca das competências multiculturais de psicoterapeutas. **Revista ex aequo**, n. 20, p. 159-172, 2009.

MONTERO, Maritza. Ser, fazer e parecer: crítica e libertação na América Latina. In: GUZZO, Raquel S. L.; JÚNIOR, Fernando Lacerda (Orgs). **Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação**. Sao Paulo: editora Alínea, 2011, p. 87-100.

MOREIRA, Jaqueline de Oliveira; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; NEVES, Edwiges de Oliveira. O surgimento da clínica psicológica: da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde. **Psicologia Ciência e profissão**, v. 27 n. 4, p. 608-621, 2007.

MORIN, S. F. Heterosexual bias in psychological research on lesbianism and male homosexuality. **American Psychologist**, v. 32, p. 117-128, 1977.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez, 2006.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. Cor e Inconsciente. In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia da; ABUD, Cristiane Curi (Orgs). **O racismo e o negro no Brasil: Questões para a Psicanálise**. São Paulo: editora Perspectiva LTDA, 2017, p. 121-128.

OLIVEIRA, João Manuel de; COSTA, Carlos Gonçalves da; CARNEIRO, Nuno Santos. Problematizando a humanidade: para uma psicologia crítica feminista queer. **Gender and Sexuality: annual review of critical psychology**, n. 11, p. 59-77, 2014.

ORELLANO, Claudia Marcela; GONZÁLEZ, Sergio Gabriel. Acerca de la opción decolonial en el ámbito de la psicología. *Perspectivas en Psicología: Revista de Psicología y Ciencias Afines*, v.12, n. 2, p.1-8, Nov., 2015.

PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Elizabeth Estermann. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos**, v. 10, n. 1, p. 193 - 198, jan./jul. 2011.

PFITSCHER, Mariana de Almeida; MORAES, Natália de Andrade de; PERRONE, Cláudia Maria. Psicanálise, homoparentalidade e normativas sociais. **Anais do VII Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão** [da] Universidade Federal do Pampa, v. 7, n. 4, 2015.

SALEM, Sara. Feminismo Islâmico, interseccionalidad y decolonialidad. **Tabula Rasa**, Bogotá - Colombia, n.21, p.111-122, julio-diciembre, 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Souza e MENEZES, Maria Paula (org). **Epistemologias do Sul**. Edições Almedina, SA, Coimbra, 2009.

SCHWARTZMAN, Riva Satovschi. Psiquiatria, Psicanálise e Psicopatologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.17, n. 2, p. 33-36, 1997.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciências sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000, p.122-151.

TIMM, Flávia Bascuñán; PEREIRA, Ondina Pena; GONTIJO, Daniela Cabral. Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v.11, n.22, p. 247-259, dez. 2011.